

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 12/2026

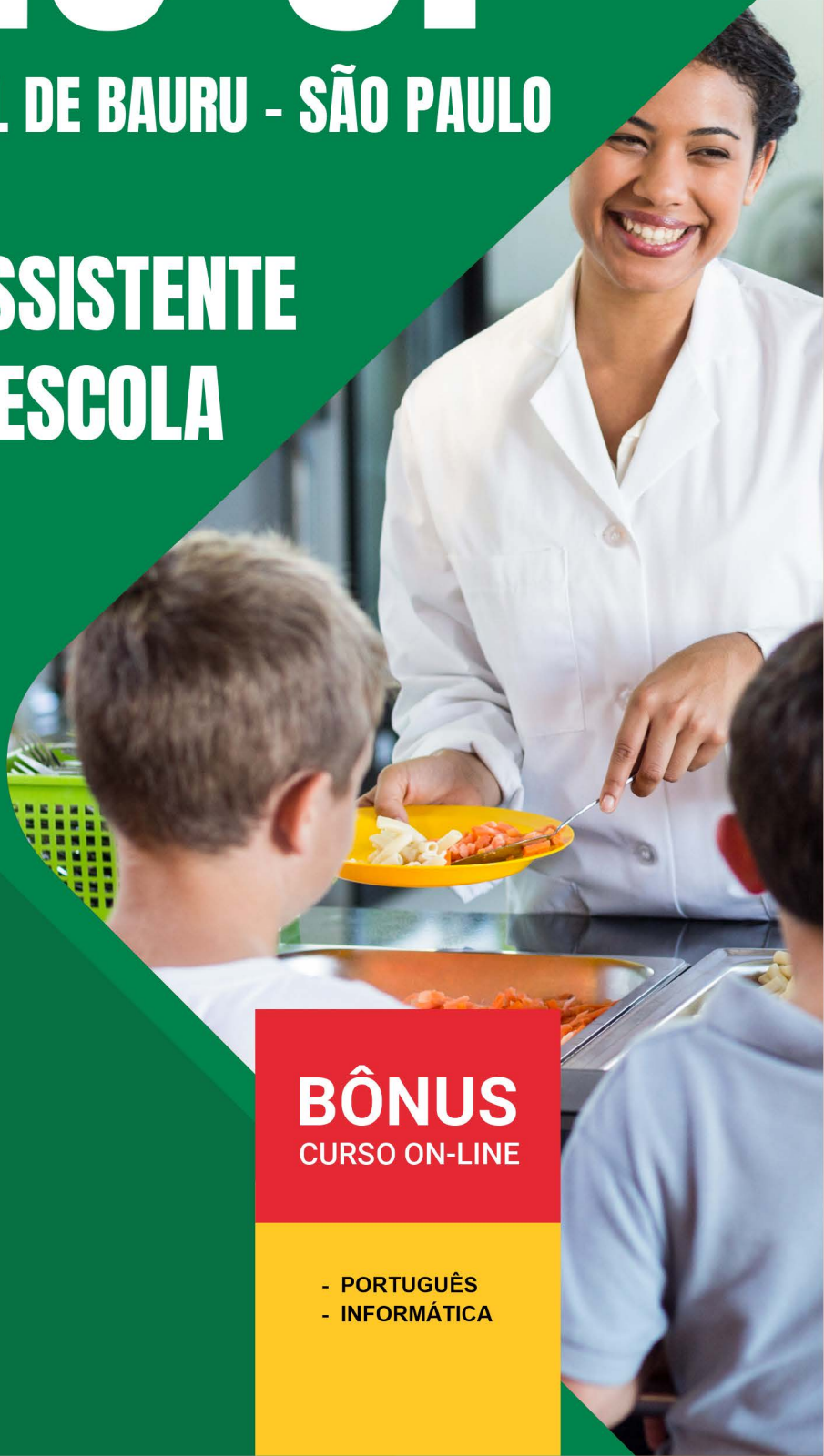


BAURU-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SÃO PAULO

MERENDEIRA - ASSISTENTE DE SERVIÇOS NA ESCOLA

- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Matemática
- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Legislação



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





BAURU-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - SÃO PAULO

**MERENDEIRA - ASSISTENTE DE SERVIÇOS
NA ESCOLA**

EDITAL Nº 12/2026

CÓD: OP-154JL-26
7908403599493

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos

Merendeira - Assistente de Serviços na Escola

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	7
2. Higiene, Segurança Alimentar e Vigilância Sanitária.....	16
3. Boas Práticas de Manipulação de Alimentos	21
4. Recebimento, Armazenamento e Controle de Estoque.....	25
5. Preparo, Distribuição e Organização do Serviço de Alimentação	29
6. Alimentação infantil, Aleitamento Materno e Educação Alimentar e Nutricional e atendimento aos estudantes com necessidades alimentares especiais.....	33

Matemática

1. Conjunto de números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais. Operações, resolução de problemas, raiz quadrada. Frações e Números decimais	41
2. Expressões numéricas.....	49
3. Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum	50
4. Sistema de Medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo e volume	51
5. Porcentagem. Problemas de aplicação	53
6. Juros Simples e Juros Compostos.....	56
7. Grandezas proporcionais. Razão e Proporção.....	58
8. Regra de três simples e composta	60
9. Função polinomial do 1º e 2º graus.....	61
10. Equações de 1º grau e de 2º grau. Inequações.....	67
11. Expressões algébricas	71
12. Frações algébricas.....	73
13. Geometria: Ângulos e Polígonos. Cálculo do perímetro e da área das figuras planas regulares	75
14. Cálculo do volume de sólidos geométricos.....	81
15. Trigonometria	84
16. Resolução de situações-problemas.....	87
17. Problemas de raciocínio-lógico	90
18. Tratamento da informação	92

Língua Portuguesa

1. Compreensão/Interpretação de textos.....	103
2. Emprego de Vocabulário.....	104
3. Acentuação gráfica.....	107
4. Ortografia – de acordo com o Novo Acordo Ortográfico	108
5. Morfologia (classes de palavras) – substantivo, adjetivo, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição e numeral.....	111

ÍNDICE

6. Estudo da frase, oração e período simples. Termos essenciais da oração: Sujeito e Predicado. Termos integrantes: Objeto direto, Objeto indireto, Complemento Nominal e Agente da passiva; Termos acessórios: Adjunto adnominal, Adjunto adverbial, Aposto. Vocativo	119
7. Concordância Verbal e Nominal.....	124
8. Usos dos sinais de pontuação.....	126
9. Denotação e Conotação.....	127
10. Figuras de linguagem.....	131

Informática

1. Sistema Operacional: Microsoft Windows (versão 10 ou superior) ou Linux Ubuntu (versão 18.04 ou superior). Manipulação de Arquivos e Pastas: Criação e organização de pastas (diretórios), arquivos e atalhos; utilização da área de trabalho e área de transferência. Gerenciamento de Informações: Conceitos e práticas de organização e administração de arquivos, pastas e programas	143
2. Pacotes de Escritório: Office 365, Office 2019, LibreOffice e WPS Office. Processador de Texto: Word — edição e formatação de textos. Planilhas Eletrônicas: Excel — criação, edição e manipulação de dados. Editor de Apresentações: PowerPoint — elaboração de slides e apresentações.....	149
3. Conceitos de Informática: Fundamentos de hardware e software	162
4. Tecnologias de Internet e Intranet: Conceitos básicos, protocolos web, navegação na World Wide Web, utilização de navegadores e estratégias de busca e pesquisa na web	164
5. Ferramentas de Colaboração Online: plataformas colaborativas	168
6. Correio eletrônico	171
7. Grupos de discussão, fóruns, wikis	172
8. Plataformas de Videoconferência: Uso de ferramentas para reuniões e eventos virtuais	173
9. Segurança da Informação: Proteção contra vírus, ataques cibernéticos e práticas de segurança digital	182
10. Acesso Remoto: Conceitos e ferramentas para acesso remoto a computadores.....	187
11. Computação em Nuvem: Noções e práticas de uso de tecnologias baseadas em nuvem.....	188

Legislação

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – (Artigos: 1º ao 11; 29 ao 31; 37 ao 41; 205 a 214)	195
2. Lei Orgânica Municipal – (Artigos: 1º ao 4º; 8º ao 16; 27; 28; 31; 34 ao 49; 51; 69; 70; 93 ao 95; 188; 195), com as alterações legislativas modificativas posteriores	214
3. Lei Municipal nº 3.601, de 27 de julho de 1993 – Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Bauru	219
4. Lei Municipal nº 5.804, de 10 de novembro de 2009 – Regula Atos e Processos Administrativos no Âmbito da Administração Pública Municipal.....	240
5. Lei Municipal nº 1.574, de 07 de maio de 1971 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bauru	247
6. Lei Municipal nº 3.781, de 21 de outubro de 1994 – Dispõe sobre o Direito de Petição e sobre o Regime Disciplinar do Servidor Público Municipal de Bauru.....	266
7. Lei Municipal nº 4.830, de 17 de maio de 2002 – Transforma o Serviço de Previdência dos Municipiários de Bauru – SEPREM – na Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais Efetivos de Bauru - FUNPREV – (Artigo 1º; 2º; 3º; 4º; 17; 19; 49 ao 61).....	273
8. Lei Municipal nº 5.999, de 30 de novembro de 2010 – Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS, dos servidores específicos da área da educação do município, bem como reestrutura os respectivos cargos, reconfigura as carreiras; cria nova grade salarial, dispõe sobre a cessação do pagamento das gratificações e adicionais, institui as jornadas especiais e regime de plantão.....	276

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

INTRODUÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, conhecido como PNAE, é uma política pública voltada à oferta de alimentação escolar aos estudantes da educação básica pública. Ele tem grande importância social, educacional e nutricional, pois contribui para que crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham acesso a refeições adequadas durante o período em que permanecem na escola.

A alimentação escolar não deve ser compreendida apenas como fornecimento de comida. Ela está relacionada ao direito humano à alimentação adequada, à segurança alimentar e nutricional, à permanência do estudante na escola, ao desenvolvimento saudável e à formação de hábitos alimentares. Por isso, o PNAE possui papel essencial na rotina escolar e no cuidado com os estudantes.

O programa busca oferecer alimentação que respeite as necessidades nutricionais dos estudantes, considerando faixa etária, período de permanência na escola, cultura alimentar, hábitos regionais e condições específicas de saúde. A alimentação deve ser planejada de forma equilibrada, segura e compatível com o cardápio elaborado por profissional responsável.

A merendeira e os profissionais do serviço de alimentação escolar são peças fundamentais para que o PNAE aconteça na prática. O cardápio pode ser planejado corretamente, os alimentos podem ser adquiridos e entregues à escola, mas é na cozinha escolar que a alimentação ganha forma. O cuidado no recebimento, armazenamento, preparo, distribuição e organização define a qualidade final da refeição.

O PNAE também valoriza a Educação Alimentar e Nutricional. Isso significa que a alimentação servida na escola deve contribuir para a aprendizagem de hábitos saudáveis, para o respeito aos alimentos, para a redução do desperdício e para a valorização de práticas alimentares adequadas. O momento da refeição é também um momento educativo.

Outro aspecto importante é a relação do PNAE com a agricultura familiar. O programa incentiva a aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares, fortalecendo a economia local, valorizando alimentos frescos, respeitando hábitos regionais e aproximando a escola da comunidade. Essa relação contribui para cardápios mais variados e para o desenvolvimento local.

A alimentação escolar também deve observar estudantes com necessidades alimentares especiais. Crianças e adolescentes com alergias, intolerâncias, diabetes, doença celíaca ou outras

condições precisam de cuidado específico, conforme orientações recebidas. A inclusão alimentar é parte da função social do programa.

► Finalidades e importância do PNAE

O PNAE tem como finalidade contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos estudantes. Para isso, oferece alimentação escolar e desenvolve ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente educativo. Essa finalidade mostra que o programa não se limita à distribuição de alimentos.

A alimentação adequada favorece o desenvolvimento físico. Crianças e adolescentes precisam de energia e nutrientes para crescer, brincar, estudar, concentrar-se e participar das atividades escolares. Quando a alimentação é insuficiente ou inadequada, podem surgir cansaço, irritabilidade, dificuldade de atenção e prejuízos ao bem-estar.

O programa também contribui para a permanência do estudante na escola. Em muitas realidades, a alimentação escolar representa uma refeição importante do dia. Quando a escola oferece alimentação regular e de qualidade, fortalece o vínculo do estudante com o ambiente escolar e ajuda a garantir melhores condições de participação.

Outra finalidade do PNAE é promover segurança alimentar e nutricional. Isso significa garantir acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, de forma regular e segura. A segurança alimentar envolve tanto a disponibilidade de alimentos quanto a qualidade sanitária e nutricional das refeições.

A formação de hábitos alimentares saudáveis é uma dimensão educativa do programa. A escola é um espaço privilegiado para apresentar novos alimentos, incentivar o consumo de frutas, verduras, legumes, feijões, cereais e preparações regionais, além de orientar sobre higiene, desperdício e escolhas alimentares. Os hábitos construídos na infância podem acompanhar o estudante por toda a vida.

O PNAE também tem importância social. Ele reduz desigualdades, pois garante alimentação escolar a estudantes da rede pública, independentemente da condição econômica de suas famílias. A alimentação oferecida na escola deve ser tratada como direito, e não como favor ou caridade.

A qualidade da alimentação escolar depende de planejamento e execução. O cardápio deve considerar necessidades nutricionais, variedade, aceitabilidade, cultura alimentar e disponibilidade de alimentos. A merendeira, ao seguir esse planejamento, ajuda a garantir que os objetivos do programa sejam cumpridos.

O programa também valoriza alimentos adequados e saudáveis. Isso envolve reduzir a oferta de produtos de baixo valor nutricional e priorizar preparações que contribuam para a saúde.

AMOSTRA

A forma de preparar os alimentos, com atenção ao sal, gordura, açúcar e variedade, influencia diretamente a qualidade da refeição.

A importância do PNAE aparece ainda na integração entre alimentação e educação. O refeitório, a cozinha e o momento da refeição fazem parte da vida escolar. A forma como os alimentos são servidos, a organização da fila, o combate ao desperdício e o respeito às diferenças alimentares ensinam atitudes.

► **Público atendido e organização da alimentação escolar**

O PNAE atende estudantes matriculados na educação básica pública, abrangendo diferentes etapas e modalidades de ensino. Isso inclui crianças da educação infantil, estudantes do ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, escolas indígenas, quilombolas e outras realidades escolares atendidas pela rede pública.

A diversidade do público atendido exige planejamento cuidadoso. Uma criança pequena possui necessidades diferentes de um adolescente. Um estudante que permanece apenas um turno na escola pode receber alimentação diferente daquele que permanece em tempo integral. Estudantes com deficiência, condições de saúde ou necessidades alimentares especiais podem precisar de adaptações.

A organização da alimentação escolar deve considerar a rotina da escola. Horários de entrada, intervalo, almoço, lanche, saída, período integral e atividades pedagógicas influenciam o momento de preparo e distribuição. A cozinha precisa estar alinhada com a gestão e com os professores para que as refeições sejam servidas com pontualidade e tranquilidade.

O cardápio é instrumento central da organização. Ele indica quais alimentos serão utilizados, quais preparações serão feitas e como as refeições devem ser distribuídas ao longo dos dias. O cardápio não deve ser alterado sem orientação, pois é planejado para atender critérios nutricionais, disponibilidade de estoque e equilíbrio alimentar.

A merendeira deve conhecer o cardápio com antecedência. Isso permite organizar descongelamento, higienização, separação de ingredientes, preparo de alimentos mais demorados e distribuição. Quando o cardápio é consultado apenas no momento de cozinhar, aumentam os riscos de atraso e imprevisto.

A quantidade preparada deve estar de acordo com o número de estudantes atendidos. A escola precisa observar frequência, aceitação das preparações e necessidades de cada turma. Preparar pouca comida pode prejudicar o atendimento; preparar em excesso pode gerar desperdício. O controle diário ajuda a ajustar a produção.

A alimentação escolar deve respeitar os princípios de higiene e segurança alimentar. O fato de o alimento fazer parte de um programa público não reduz a exigência de qualidade. Pelo contrário, a responsabilidade é maior, pois envolve atendimento coletivo e proteção da saúde dos estudantes.

Em escolas com diferentes turnos, a organização deve ser ainda mais cuidadosa. Pode haver necessidade de preparar lanches pela manhã, almoço, lanche da tarde ou outras refeições. A cozinha deve organizar seus horários, utensílios, limpeza e armazenamento para atender todos os momentos com segurança.

A distribuição deve ser feita de forma ordenada e acolhedora. Os estudantes devem receber a alimentação em ambiente limpo, com utensílios adequados e atendimento respeitoso. O alimento deve chegar ao estudante em condições próprias de consumo.

CARDÁPIOS, QUALIDADE NUTRICIONAL E RESPEITO AOS HÁBITOS ALIMENTARES

O cardápio é um dos principais instrumentos do PNAE. Ele organiza as refeições que serão oferecidas aos estudantes, define os alimentos utilizados e orienta o trabalho da cozinha escolar. Um cardápio bem planejado contribui para alimentação equilibrada, variedade de nutrientes, aceitação pelos estudantes e melhor controle do estoque.

A elaboração do cardápio deve considerar as necessidades nutricionais dos estudantes. Crianças, adolescentes e adultos em processo educativo precisam de energia, proteínas, vitaminas, minerais, fibras e água em quantidades adequadas. A alimentação escolar deve ajudar a suprir parte dessas necessidades, conforme o período em que o estudante permanece na escola.

A qualidade nutricional envolve a escolha dos alimentos e a forma de preparo. Preparações com arroz, feijão, legumes, verduras, frutas, carnes, ovos, leite, cereais e raízes podem compor refeições saudáveis e completas. O uso excessivo de sal, açúcar, gordura e produtos de baixo valor nutricional deve ser evitado.

A variedade é importante. Repetir sempre os mesmos alimentos pode reduzir a aceitação e limitar o consumo de nutrientes. A presença de diferentes cores, texturas e sabores torna a refeição mais atrativa e amplia o repertório alimentar dos estudantes. Frutas, verduras e legumes variados ajudam nesse processo.

O respeito aos hábitos alimentares regionais também é um princípio importante. A alimentação escolar deve valorizar alimentos e preparações que fazem parte da cultura local, sempre que forem saudáveis e adequados. Isso aproxima o cardápio da realidade dos estudantes e fortalece a identidade alimentar da comunidade.

A aceitabilidade dos alimentos deve ser observada. Quando uma preparação é frequentemente rejeitada, é importante comunicar a equipe responsável. Às vezes, a baixa aceitação pode estar relacionada ao modo de preparo, à textura, à temperatura, ao corte ou à apresentação. Pequenos ajustes podem melhorar o consumo sem abandonar o objetivo nutricional.

A merendeira contribui muito para a qualidade do cardápio. O mesmo alimento pode ser mais bem aceito quando preparado com cuidado, tempero adequado, boa textura e apresentação agradável. Cozinhar bem, respeitando as orientações, é parte essencial do sucesso da alimentação escolar.

O cardápio também ajuda a controlar compras e estoque. Quando se sabe o que será servido ao longo da semana ou do mês, é possível utilizar os alimentos no prazo correto, evitar desperdícios e organizar o recebimento. Alterações sem orientação podem prejudicar esse planejamento.

Em situações de falta de ingrediente ou problema com algum alimento, a substituição deve ser comunicada e orientada. A merendeira não deve improvisar substituições importantes sem autorização, principalmente quando houver estudantes com restrições alimentares.

AMOSTRA

MATEMÁTICA

CONJUNTO DE NÚMEROS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS, REAIS. OPERAÇÕES, RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS, RAIZ QUADRADA. FRAÇÕES E NÚMEROS DECIMAIS

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

► Operações com Números Naturais

- **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo: $3 + 4 = 7$ (e 7 também é natural)

- **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em $\mathbb{N}$, pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$ pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

- **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em $\mathbb{N}$, ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo: $4 \times 3 = 12$



AMOSTRA

- **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em N.

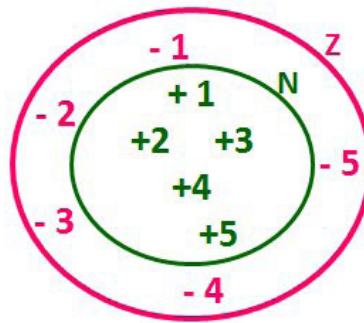
Exemplos:

$6 \div 3 = 2 \rightarrow$ pertence aos naturais

$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow$ Não pertence aos naturais, pois 2,5 não é natural

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$ ($N \subset Z$); o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



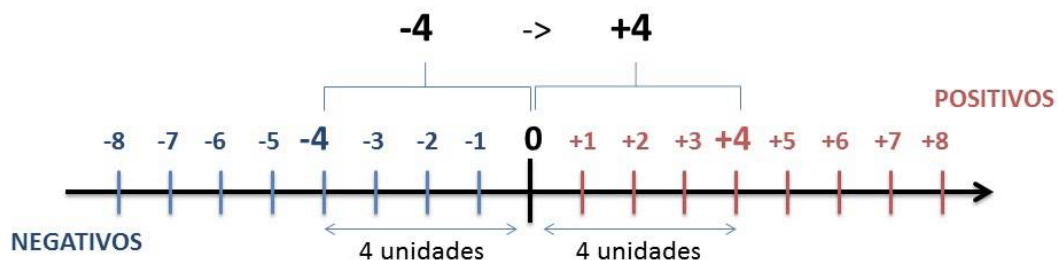
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO/INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

AMOSTRA

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

EMPREGO DE VOCABULÁRIO

VOCABULÁRIO E CONTEXTO

O contexto é o conjunto de informações que envolve uma palavra, frase ou texto e permite compreender seu sentido. Em Língua Portuguesa, uma palavra raramente deve ser analisada de forma isolada. Para interpretar corretamente seu significado, é necessário observar a frase em que aparece, o parágrafo, o tema do texto, a intenção do autor e a situação comunicativa.

Em provas de concursos, é comum que a banca pergunte o sentido de uma palavra “no contexto”. Essa expressão é muito importante. Ela indica que o candidato não deve escolher automaticamente o significado mais conhecido ou mais comum do termo, mas aquele que melhor se ajusta ao texto apresentado.

Por exemplo, a palavra “frio” pode ter vários sentidos. Em “o dia está frio”, refere-se à baixa temperatura. Em “ele foi frio na decisão”, indica ausência de emoção ou sensibilidade. Em “recebeu uma resposta fria”, significa resposta distante, pouco afetuosa. Portanto, o contexto determina o sentido.

A mesma lógica vale para verbos, substantivos, adjetivos e expressões. O verbo “alimentar” pode significar fornecer alimento, mas também pode indicar estimular ou manter algo. Em “alimentar uma criança”, o sentido é literal. Em “alimentar esperanças”, o sentido é figurado. Em “alimentar o sistema com dados”, o sentido é técnico e contextual.

Para identificar o significado contextual, o estudante deve observar pistas. Palavras próximas, ideias anteriores e posteriores, oposição entre termos, exemplos apresentados, tom do texto e assunto geral ajudam a determinar o sentido. Muitas vezes, o próprio texto explica indiretamente a palavra.

Um erro comum é tentar resolver questões de vocabulário apenas com base no dicionário mental. Embora conhecer muitos significados ajude, o candidato precisa verificar se o sentido escolhido combina com a frase. Uma palavra pode ter sinônimos diferentes dependendo do contexto. “Leve”, por exemplo, pode significar pouco pesado, suave, pequeno, moderado ou superficial.

As bancas costumam explorar essa variação. Podem perguntar se uma palavra poderia ser substituída por outra “sem prejuízo de sentido”. Para responder, é preciso analisar se a substituição preserva o significado, a coerência, a classe gramatical, a concordância e o nível de formalidade. Nem todo sinônimo funciona em qualquer frase.

O contexto também ajuda a interpretar palavras desconhecidas. Mesmo sem saber exatamente o significado de um termo, o leitor pode inferi-lo pelas pistas textuais. Se o texto diz que uma

medida foi “inócua”, pois não produziu nenhum efeito”, a explicação posterior indica que “inócua” significa sem efeito, inútil ou ineficaz.

Assim, o vocabulário deve ser estudado pela leitura. Quanto mais o estudante lê textos variados, mais amplia sua capacidade de reconhecer usos, sentidos e relações entre palavras.

► Sinonímia e substituição vocabular

A sinonímia ocorre quando duas ou mais palavras apresentam sentidos semelhantes. Palavras como “feliz” e “contente”, “rápido” e “veloz”, “iniciar” e “começar” podem ser consideradas sinônimas em muitos contextos. No entanto, é importante compreender que sinônimos raramente são perfeitamente equivalentes em todas as situações.

Em provas, a substituição vocabular é muito cobrada. A banca pode apresentar uma palavra do texto e perguntar qual alternativa mantém o mesmo sentido. Também pode perguntar se determinada substituição preserva a correção e a coerência. Para responder, não basta conhecer o significado geral das palavras. É necessário verificar se o termo substituto se encaixa no contexto.

Por exemplo, “casa” e “residência” podem ser sinônimos em muitos casos. Porém, “residência” é mais formal. Em uma conversa informal, “vou para minha casa” soa natural. Em um documento, “residência do servidor” pode ser mais adequado. Assim, a escolha vocabular envolve sentido e nível de formalidade.

A palavra “grande” pode ter vários sinônimos, como enorme, amplo, importante, intenso ou numeroso. Mas cada um se aplica a contextos diferentes. Em “grande escritor”, o sentido é importante ou notável, não necessariamente enorme. Em “grande sala”, o sentido é ampla. Em “grande dor”, o sentido é intensa. Portanto, o sinônimo correto depende do uso.

A substituição vocabular também deve respeitar a classe gramatical. Se a palavra original é um adjetivo, o substituto geralmente precisa funcionar como adjetivo. Se é um verbo, o substituto deve ajustar-se à regência, ao tempo verbal e à concordância. Um sinônimo inadequado pode comprometer a estrutura da frase.

Outro cuidado envolve a carga semântica. Algumas palavras possuem valor positivo, negativo ou neutro. “Persistente” e “teimoso” podem indicar alguém que insiste, mas “persistente” costuma ter valor positivo, enquanto “teimoso” pode ter valor negativo. Se o texto elogia a pessoa, substituir “persistente” por “teimoso” pode alterar o tom.

Também há diferenças de intensidade. “Preocupado”, “assustado” e “apavorado” pertencem ao mesmo campo de sentido, mas não têm a mesma força. Em uma questão, a substituição por termo mais intenso pode causar alteração semântica.

As bancas costumam explorar sinônimos aproximados. Um termo pode parecer correto, mas modificar levemente o sentido. Por isso, o candidato deve ler a frase com a substituição proposta e verificar se a ideia original permanece.

A sinonímia é útil para evitar repetições em textos. Porém, substituir palavras sem critério pode gerar impropriedade. Em textos formais, deve-se preferir precisão a variedade artificial. Nem sempre trocar uma palavra repetida é necessário; às vezes, a repetição garante clareza.

INFORMÁTICA

SISTEMA OPERACIONAL: MICROSOFT WINDOWS (VERSÃO 10 OU SUPERIOR) OU LINUX UBUNTU (VERSÃO 18.04 OU SUPERIOR). MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS: CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE PASTAS (DIRETÓRIOS), ARQUIVOS E ATALHOS; UTILIZAÇÃO DA ÁREA DE TRABALHO E ÁREA DE TRANSFERÊNCIA. GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES: CONCEITOS E PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE ARQUIVOS, PASTAS E PROGRAMAS

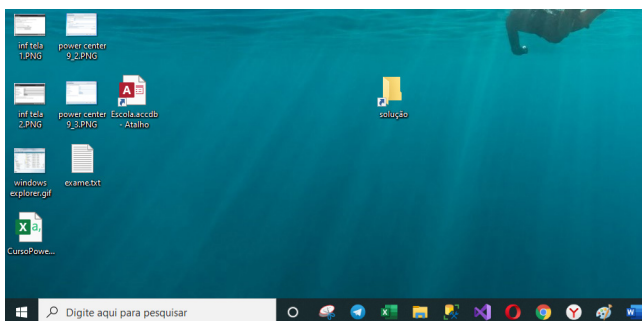
WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos híbridos. Ele oferece uma interface intuitiva e recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e a conectividade.

► Área de trabalho

A área é o espaço principal de trabalho do sistema, onde você pode acessar atalhos de programas, pastas e arquivos. O plano de fundo pode ser personalizado com imagens ou cores sólidas, e os ícones podem ser organizados conforme sua preferência. Além disso, a barra de tarefas na parte inferior centraliza funções como:

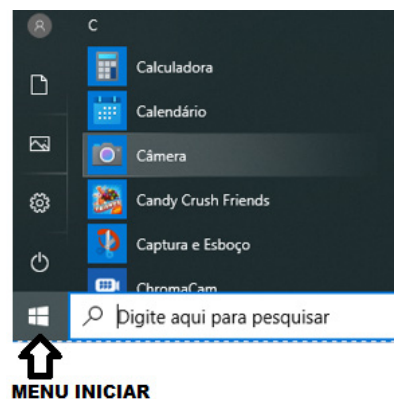
- **Botão Iniciar:** acesso rápido aos aplicativos e configurações.
- **Barra de pesquisa:** facilita a busca de arquivos e aplicativos no sistema.
- **Ícones de aplicativos:** mostram os programas em execução ou fixados.
- **Relógio e notificações:** localizados no canto direito para visualização rápida.



► Uso dos menus

Os menus no Windows 10 são projetados para facilitar o acesso a diversas funções e aplicativos. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

- Uma lista dos programas instalados.
- Atalhos para aplicativos fixados.
- A barra de pesquisa, onde você pode digitar para localizar programas, arquivos e configurações de forma rápida.



► Programas e interação com o usuário

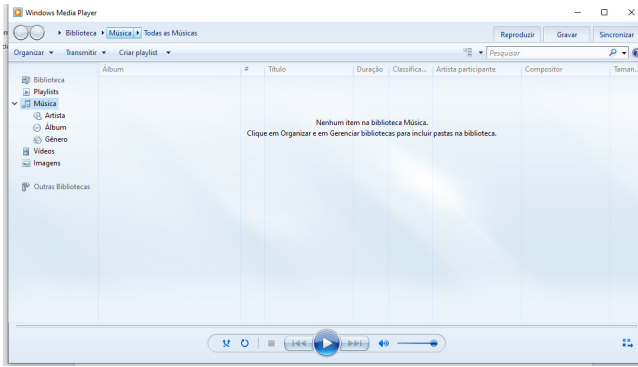
Para entender melhor as funções categorizadas no Windows 10, vamos dividir os programas por categorias, explorando as possibilidades que cada um oferece para o usuário.

Música e Vídeo

O Windows Media Player é o player nativo do sistema, projetado para reproduzir músicas e vídeos, proporcionando uma experiência multimídia completa. Suas principais funcionalidades incluem:

- **Organização de bibliotecas:** gerencie arquivos de música, fotos e vídeos armazenados no computador.
- **Reprodução de mídia:** toque músicas e vídeos em diversos formatos compatíveis.
- **Criação de playlists:** organize suas músicas em listas personalizadas para diferentes ocasiões.
- **Gravação de CDs:** transfira suas playlists para CDs de maneira prática.
- **Sincronização com dispositivos externos:** conecte dispositivos de armazenamento e transfira sua mídia facilmente.

AMOSTRA

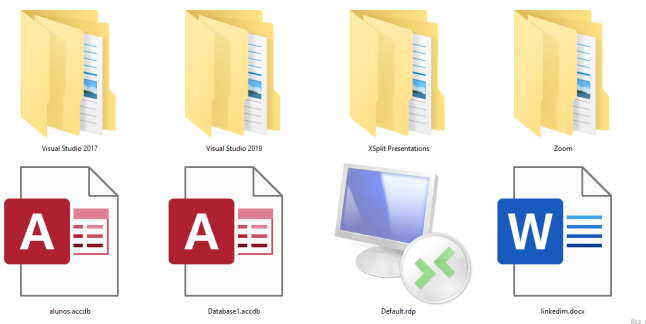


► Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

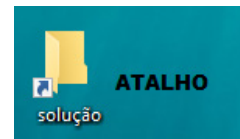
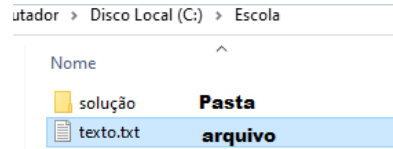


No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

► Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- **Arquivo:** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- **Atalho:** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



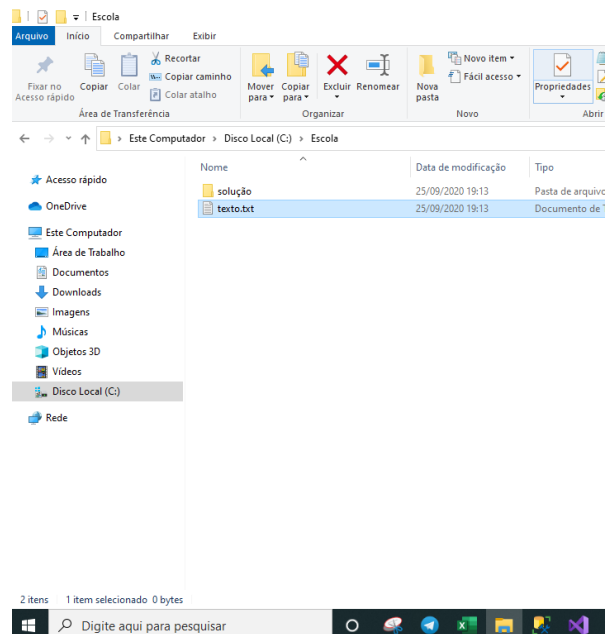
► Área de transferência

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

► Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – (ARTIGOS: 1º AO 11; 29 AO 31; 37 AO 41; 205 A 214)

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam os abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

AMOSTRA

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigalam.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;(Vide Lei nº 9.296, de 1996)



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

